



Defensoria Pública
do Estado da Paraíba

CONSELHO SUPERIOR

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAIBA, BIÊNIO 2024/2026 - REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2026.

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (10.07.2026), sob a Presidência da Defensora Pública-Geral, Dra. Maria Madalena Abrantes Silva, reuniu-se em sessão Extraordinária o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Registraram-se a presença do Subdefensor Público-Geral Institucional, Ricardo José Costa Souza Barroso; o Corregedor-Geral Coriolano Dias de Sá Filho, participando presencialmente as Conselheira Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues e Berthezene Barros da Cunha Lima Martins e por vídeo-conferência as Conselheiras Ryveka Campos Martins Bronzeado, Monaliza Maelly Fernandes Montinegro e o Conselheiro Élson Pessoa de Carvalho, registrando ainda a presença da Ouvidora-Geral Inise Machado de Lima e a ausência do Presidente da Associação dos Defensores Públicos Everaldo Lira, para deliberar assuntos da Pauta: 1- Leitura, aprovação e assinatura da Ata da 118ª (Centésima décima oitava) Reunião Extraordinária, realizada em 15.06.2026; 2 - Apreciação de minuta de resolução sobre a regulamentação da eleição para composição do Conselho Superior, biênio 2026/2028, da DPPB; 3 - Assuntos pertinentes à Defensoria Pública. A Presidente iniciou a sessão fazendo uma oração, em seguida, passou ao 1º(primeiro) item da pauta, informando que todos receberam a Ata da Reunião anterior, previamente, perguntando se os presentes estavam aptos a aprovar e assinar, sendo aprovada por unanimidade de seus membros; Passando ao 2º(segundo) item da pauta, a Presidente apresentou minuta de resolução sobre a regulamentação da eleição para composição do Conselho Superior, biênio 2026/2028, da DPPB; informando que também foi

Handwritten signatures and initials:
- *ms*
- *Q*
- *ds*
- *WLB*
- *RM*
- *MB*
- *MB*

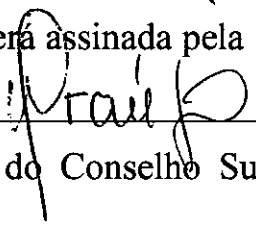
colocada previamente, com os prazos estabelecidos; Com a palavra o Conselheiro Élson Pessoa de Carvalho disse que teria uma sugestão quanto a eleição pela Internet, mas que entende a dificuldade na votação, pois a eleição estaria sujeita a terceiros votar, presente a reunião o Coordenador do Setor de Informática, Rafael Luiz Andrade dos Santos, falou sobre a eleição que será através da Intranet, sendo utilizado um sistema que não poderá ser raqueado, e que infelizmente aquele Defensor que não estiver nas bases de votação não poderá votar, disse ainda que a contabilização dos votos só poderá ser gerado através da base de dados do sistema que será utilizado; o Subdefensor Sylvio Pélico com a palavra, falou que as urnas do Tribunal Regional Eleitoral não poderão ser usadas, tendo em vista proibição do próprio TRE, falou ainda que se o Presidente for provocado poderá ser liberadas as urnas eletrônicas, e informou que para a eleição do Defensor Público Geral não ocorrerá problema algum; Élson Pessoa de Carvalho falou que se for facultado para os Defensores Públicos que por motivo de doença estiverem afastados, não existirá problema; o Corregedor Geral falou que sua preocupação é naqueles que estão impedidos de alguma maneira, mas vota pela forma proposta da minuta; o Subdefensor Ricardo José Costa Souza Barros falou que entende a confiabilidade das urnas presenciais, mas que entende o avanço da eleição através da Intranet, disse que mesmo com os três pontos que serão disponibilizadas para a votação, aprova a eleição em qualquer uma das oferecidas, o Defensor Público Philippe Manguiera falou que a comissão não apresenta nenhuma preferência para a eleição, que deverá trabalhar com qualquer maneira que seja aprovada, que as formas de votação é uma previsão legal, pois esta pauta na lei orgânica da Defensoria Pública, e que será instaurado assim que seja concluída a votação pelo conselho objetivando a transparência, quanto a votação na eleição serão vistos todos os prós e contras, falou da proibição do TRE que não permite liberação de urnas antes e depois das eleições que estão por vir, que as urnas caso aprove serão diligenciadas a medidas para consegui-las; quanto a Internet e Intranet, pode ser as duas opções, o empecilho acontece com aqueles

ms

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. From left to right, there is a signature that looks like 'ms', followed by a large stylized 'Z' or 'L', then a signature that looks like 'd', then a signature that looks like 'J', then a signature that looks like 'B', and finally a signature that looks like 'A'.

Defensores que não poderão votar, mas que pela Internet, tem forma de maximizar a participação na votação, mas tem como empecilho a segurança; a Conselheira Ryveka Campos Martins Bronzeado falou que mesmo com as explicações, foram apontadas várias sugestões: 1. consulta ao TRE e 2. pela Internet ou Intranet, sugerindo que seja colocado em votação a forma de votação, lembrou das dificuldades das últimas eleições, adiantando seu voto para a eleição presencial se a urna eletrônica não for possível; o Corregedor Geral votou pelo híbrido (presencial e internet); o Subdefensor Ricardo José Costa Souza Barros, votou pela minuta, híbrido; Waldelita de Lourdes da Cunha Faria Rodrigues justificou que existem situações de Defensores que estão fora e gostariam de votar, mas que vota no híbrido; Berthezene Barros da Cunha Lima Martins e Monaliza Maelly Fernandes Montenegro votam pela propositura do Corregedor Geral; o Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho votou por manter o seu voto pela INTRANET e a Conselheira Ryveka Campos Martins Bronzeado pelo voto presencial; e a Presidente também acompanha o Corregedor Geral, sendo aprovado por maioria a propositura do Corregedor Geral na forma híbrida a eleição para o Conselho Superior. A Presidente sugeriu ao conselho a formação da comissão eleitoral para a eleição do conselho superior, após ampla discussão a comissão formada pelo Defensor Público Philippe Manguiera (Presidente), Naiara Antunes Dela-Bianca Ronconi (1ª Secretária), Marcel Joffily de Souza (2º Secretário) e suplentes: Carollyne Andrade Souza, Mariane Oliveira Fontenelle e Lucas Soares Aguiar, foi aprovado pelo seus membros. O servidor Rafael Luiz Andrade dos Santos informou que o Defensor deverá informar, antes a opção de votar; a Conselheira Berthezene Barros da Cunha Lima Martins falou daquelas situações imprevistas, pois na última reunião foram detectados vários casos; o Defensor Público Philippe Manguiera sugeriu que seja estabelecido na presente reunião pelo conselho superior essas situações; sugerindo que em regra, o Defensor que optar por votar pela internet e se por acaso acontecer algum imprevisto no dia da votação, poderão optar pelo voto presencialmente diante da

see     

comissão, cancelando o da Internet, finalizando e para aqueles que forem acometidos por doenças e imprevistos anterior a eleição, comunicar a comissão até 48 horas antes, para poder mudar a maneira de votar, sendo aprovado pelo conselho superior. . Sem nada mais a tratar pelas Senhoras e Senhores Conselheiros, a Presidente declarou encerrada à reunião, sendo lavrada a presente Ata, que será assinada pela senhora Presidente, pelos senhores Conselheiros e por mim,  Maria Auxiliadora Targino de Araújo, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, e por quem mais de direito.


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
PRESIDENTE


RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL


CORIOLANO DIAS DE SÁ FILHO
CORREGEDOR-GERAL


MONALIZA MAELLY FERNANDES MONTINEGRO
MEMBRO



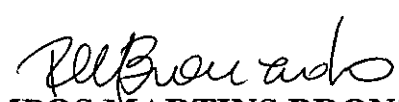
WALDELITA DE LOURDES DA CUNHA FARIAS RODRIGUES

MEMBRO



ÉLSON PESSOA DE CARVALHO

MEMBRO



RYVEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO

MEMBRO



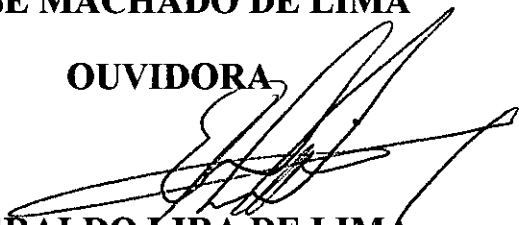
BERTHEZENE BARROS DA CUNHA LIMA MARTINS

MEMBRO



INISE MACHADO DE LIMA

OUVIDORA



EVERALDO LIRA DE LIMA

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS